



Feminilidade prescrita: Os papéis normativos de gênero no esporte olímpico brasileiro

DHÊNIS ROSINA*

KÁTIA RUBIO**

*“Lá embaixo, na rua, gritavam os coros de vozes masculinas.
O que se gritava pode ser lido hoje nos livros de história”*

*Ruth Kluger
Paisagens da Memória*

Introdução

A participação das mulheres no esporte, em particular nos Jogos Olímpicos Modernos, foi permeada pelo discurso da “verdadeira feminilidade” (DEVIDE; VOTRE, 2012), no qual a mulher era vista como um ser frágil que deveria compor a esfera privada da sociedade em sua missão reprodutora, mantendo-a afastada de algumas modalidades esportivas pela natureza fraca de seu corpo e para manter a integridade do sistema reprodutivo.

O cenário esportivo olímpico a partir do século XX passou a ser composto também por mulheres, essa possibilidade se deve em muitos casos a insistência de mulheres que desafiaram seus limites físicos e comprovaram sua capacidade de praticar modalidades esportivas exaustivas, contrariando o discurso médico fundado em diferenças biológicas que determinavam o papel social da mulher.

O esporte enquanto praticado somente por homens, silenciavam os excluídos, se caracterizando como uma prática homogênea e, desse modo, não evidenciava nenhuma injustiça. Sendo assim, a participação das mulheres no âmbito esportivo se caracterizava como uma questão de gênero a permanência da prática esportiva entre homens não, assim “o gênero se torna uma questão de mulheres não de homens” (SCOTT, 2005:25).

A partir desse contexto esse trabalho tem como objetivo analisar, a partir da narrativa biográfica, as intersecções de gênero na formação das identidades de atletas olímpicas

* Doutorando da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo – USP. Bolsista CAPES.

** Professora doutora da Escola de Educação Física e esporte da Universidade de São Paulo – USP.

brasileiras. Essa escala analítica, que se funda nas subjetividades do sujeito, tem a preocupação de ressaltar o papel dos indivíduos na construção das estruturas sociais atribuindo e construindo significados para realidade que o cerca.

Se [...] tomarmos as disciplinas enquanto analistas e produtores de saber cultural, percebemos que o que está em jogo não é simplesmente uma técnica literária de leitura mas uma teoria epistemológica que oferece um método de análise dos processos pelos quais os significados são construídos e pelos quais nós construímos os significados (SCOTT, 1994:23)

Os significados sociais se estabelecem por meio de conflitos, entre o que é normativo e as ações que fogem a ‘normalidade’. A análise das tensões e conflitos entre os indivíduos e os sistemas normativos da sociedade pretende trazer a tona à experiência de sujeitos sociais até então excluídos da investigação histórica.

A revalorização do sujeito na história e a ênfase nas suas experiências individuais, após a renovação teórico-metodológica da história ocorrida nas últimas décadas do século XX, reacqueram o debate em torno da subjetividade como objeto do conhecimento científico, polêmica acirrada ainda mais pela valorização da história oral – metodologia de pesquisa que tornou possível a constituição de novas fontes para o historiador (FARIAS, 2011:912).

Munidos dessas fontes historiadores ou “não-especialistas” transformam a experiências das mulheres como um fato histórico a ser descoberto e escrito, entendendo-as como agentes sociais ativos na sociedade que vivem.

Seus autores concebem as mulheres como sujeitos sociais ativos, situados em contextos históricos concretos e cujas as vidas, enquanto membros de famílias, trabalhadoras, membros de organizações ou de movimentos sociais, têm um interesse tanto para historiadores quanto para os não-especialistas (TILLY, 1994:35).

A importância do olhar por essa perspectiva permite a análise do silêncio da memória das mulheres quando observamos os registros de uma história oficial. Essa discussão fundada na história social permite aproximar também de uma história política¹ quando trabalhamos com conceitos relativos ao poder (TILLY, 1994).

¹ Consideramos aqui uma “nova História Política” nas palavras de René Rémond (2003:17) não se trata mais de uma História “uniformemente narrativa, escrava do relato linear, e no melhor dos casos, só temperava a

Conversando sobre Gênero

As significações produzidas pelos sujeitos nascem de uma disputa política que constrói relações de poder fundadas na dominação e subordinação, desse modo, os significados atribuídos a “diferença sexual são invocados e disputados como parte de muitos tipos de lutas pelo poder” (SCOTT, 1994:20). Para Louise Tilly a vida das mulheres são modeladas por regras sociais e costumes configurados em crenças e opiniões decorrentes das estruturas de poder (TILLY, 1994).

Desse modo, as atribuições de significados para a sexualidade humana rompem com o discurso fundado nas explicações biológicas que naturalizam a diferença entre homens e mulheres. As relações de gênero são entendidas como construções sociais que servem para legitimar os papéis de homens e mulheres como instituições normativas da vida social.

Na base do discurso da diferença natural entre os sexos encontra-se, por sua vez, o pressuposto da existência de uma hierarquia entre os sexos na qual as mulheres eram consideradas ‘naturalmente’ inferiores e subordinadas aos homens, hierarquia esta que fundamentou as históricas relações de dominação masculina, buscando limitar os ambitos de atuação da mulher (FRANCO, 2008:141).

Para Joan Scott “não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração” (SCOTT, 2005:15), contrapondo a ideia iluminista de igualdade política e representação legal para todos, mas que de início se restringiu a alguns grupos de homens, fortalecendo uma ideia de igualdade para iguais. Excluindo pobres, negros e mulheres da vida e dos direitos políticos conquistados pela revolução, essa exclusão foi explicada e justificada biologicamente por conceitos de raça e gênero. Quando deveriam ser analisadas ao inverso (SCOTT, 2005:19), pela construção dos processos de diferenciação social, que produzem as exclusões e

mediocridade de uma descrição submetida à cronologia pelo talento eventual do autor”, essa nova História reside nos sentido de interrogar o sentido dos fatos, instituindo uma ‘nova’ natureza da realidade e em ‘novos’ objetos de conhecimento histórico. Traçando novas fronteiras e dialogando com outras ciências.

escravizações. A diferença se estabelece, portanto, como uma forma utilizada para organizar a vida social.

O gênero passa então a ser entendido para além das diferenças sexuais se constituindo em um saber produzido por diferentes culturas e sociedades. Assim, o saber não é nem absoluto nem verdadeiro, mas sempre relativo e serve para “ordenar o mundo e, como tal, não antecede a organização social mas é inseparável dela” (SCOTT, 1994:13).

Para Joan Scott “gênero é a organização social da diferença sexual”, assim, as diferenças físicas fixas entre homens e mulheres se estabelecem como um saber que significam as diferenças corporais.

[...] Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida. Não podemos ver a diferença sexual a não ser como função de nosso saber sobre o corpo e este saber não é 'puro', não pode ser isolado de suas relações numa ampla gama de contextos discursivos. A diferença sexual não é, portanto, a causa original da qual a organização social possa ser derivada em última instância – mas sim uma organização variada que deve ser, ela própria explicada (SCOTT, 1994:13).

Com esse posicionamento teórico Joan Scott atribui também a história o papel da produção do saber sobre a diferença sexual. A representação que o historiador faz do passado oferece uma compreensão das questões de gênero em sua análise, pois deixam implícito em seus discursos a diferença sexual, quando assumem uma explicação objetiva das identidades fundadas nas características pré-ditas entre homens e mulheres.

A história escrita dessa forma produz e reproduz as diferenças sexuais, apresentando-as como instâncias inalteráveis, que justificam a discriminação por um discurso dominante que atribui importâncias para alguns temas e desqualificam outros. Existe a necessidade de “examinar gênero concretamente, contextualmente, e de considerá-lo um fenômeno histórico, produzido, reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo” (SCOTT, 1994:19).

Esse avanço epistemológico permite olhar para a história do esporte e dos Jogos Olímpicos com ‘outros olhos’, considerando fontes até então desconsideradas para uma escrita oficial dessa história.

Memória, História e Histórias de Vida

A orientação metodológica desse estudo se ancora nas histórias de vida, consideradas uma modalidade de história oral, que desenvolve suas investigações a partir dos registros da memória e dos episódios significativos atribuídos pelo indivíduo, protagonista do fenômeno. Portanto, esses episódios não seguem necessariamente aos fatos oficiais de uma verdade histórica incontestável.

O trabalho com memória oral nos aponta pontos de vista distintos e por vezes contraditórios entre eles. A narrativa não privilegia a unilateralidade para o qual tendem certas instituições e discursos oficiais, para Ecléa Bosi (2003:15) aí se encontra a maior riqueza dessa modalidade de pesquisa.

Os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada na escola, tomam a palavra. A história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios.

Essa metodologia privilegia a oralidade, o testemunho vivo de épocas ou de período históricos, sendo assim, um instrumento qualitativo por excelência, pois, rompe com o modelo de explicação causal e linear do fenômeno estudado e transfere ao entrevistador-pesquisador o papel ativo na busca de elementos significativos para a compreensão do seu objeto de pesquisa.

Nessa perspectiva o indivíduo é entendido como uma síntese complexa de elementos sociais, sendo assim buscaremos na singularidade de cada história de vida os traços da coletividade entendendo o significado que os fatos vividos tiveram para os seus protagonistas.

A narrativa, portanto, será considerada uma “escavação” original do indivíduo, que busca na memória os fatos mais significativos, não arbitrariamente². Mesmo operando com liberdade na escolha dos acontecimentos no espaço e no tempo a memória incide de um

² Destacamos aqui as preocupações do sociólogo Pierre Bourdieu (2006) que alerta para o perigo da ‘ilusão biográfica’ quando se retiram os conflitos e as descontinuidades da trajetória do indivíduo e estabelece um sentido artificial e linear para sua história, produzindo uma ‘apresentação oficial de si’.

significado coletivo (BOSI, 2003). Sendo assim, a memória se enraíza no concreto, ela é formada coletivamente e quando consideramos as narrativas individuais como elemento fundamente da pesquisa propomos superar o âmbito da subjetividade e alcançar o plano social entender que o que é relatado está inscrito na coletividade à qual o narrador se insere. “O conjunto das lembranças é também uma construção social do grupo em que a pessoa vive e onde coexistem elementos da escolha e rejeição em relação ao que será lembrado” (BOSI, 2003:54).

O registro dessa história foi feito por meio de entrevistas, no qual procuramos captar a experiência efetiva dos narradores que viveram esse momento histórico (RUBIO, 2006; 2004). Para coleta de dados realizamos duas entrevistas com atletas olímpicas da década de 1960³: Aída dos Santos, atleta do atletismo nos Jogos Olímpicos de 1964 e 1968; e Lúcia de Faria Alegria Simões atleta do hipismo nos Jogos Olímpicos de 1968.

Quanto ao encaminhamento da entrevista combinamos, como sugere a metodologia adotada, dois procedimentos técnicos de pesquisa: história de vida e perguntas exploratórias, na condição que o recordador tenha a liberdade de compor, à sua vontade, os momentos do seu passado. “A memória é não passividade, mas *forma organizadora*, é importante *respeitar os caminhos que os recordadores vão abrindo na sua evocação* porque são o mapa efetivo da sua experiência e da experiência do seu grupo” (BOSI, 2003:56, *grifo nosso*).

A duração da entrevista coincidiu “com o *Tempo* lembrado pelo memorialista que assim é intuído por dentro” (BOSI, 2003:48). *Tempo* que deve ser respeitado pelo pesquisador, que a todo momento deve manter a liberdade do depoimento. Desse modo a entrevista não se torna uma apropriação indébita do pesquisador com o entrevistado mas sim em uma relação de confiança e de amizade.

Afim de tornar a entrevista um documento analítico para a pesquisa, transcrevemos e transformamos o relato em texto.

³ A preocupação central desse trabalho gira em torno das atletas olímpicas que foram aos Jogos Olímpicos de 1968 na Cidade do México. Nesse evento a delegação brasileira com a participação de quatro atletas: Aída dos Santos, Irenice Rodrigues, Maria da Conceição Ciapriano e Lúcia de Faria Alegria Simões. Para a análise optamos por duas atletas, tendo em vista que as outras atletas já faleceram. A trajetória da atleta Irenice Rodrigues foi analisada pela autora Claudia Maria de Farias (2012) no artigo “O atletismo feminino brasileiro sob a ditadura civil-militar: novos obstáculos e caminhos”, por meio de fontes documentais. Quanto a trajetória da atleta Maria C. Cipriano não encontramos nenhum artigo ou livro que trate do assunto.

Essas entrevistas permitiram investigar como essas atletas construíram sua identidades, conquistaram novos espaços no campo esportivo e também como os papéis normativos de gênero contribuem para a afirmação dessas atletas como mulheres.

As trajetórias de Aída dos Santos e Lucia Simões

As trajetórias que apresento a seguir são transcrições a partir da entrevista transcrita, e tem como preocupação a construção da biografia dessas atletas a partir de suas memórias. Sendo assim, não cabe nesse momento os marcos cronológicos de suas carreiras mas sim os pontos mais significativos que elas destacaram em suas narrativas.

Aída dos Santos, menina negra de Niterói, começou a praticar esporte contrariando seu pai, que dizia “que medalha não enche barriga de ninguém não. Pobre tem que trabalhar para dar sustento a família”. Mesmo assim, Aída e sua colega conseguiram driblar o pai e ir aos treinos e competições.

Representou o atletismo brasileiro em competições nacionais e internacionais. Participou dos Jogos Olímpicos de 1960⁴ em Tóquio e 1968 na Cidade do México, nas modalidades de salto em altura e pentatlo.

Aída gostava mesmo de jogar voleibol e sempre ia aos treinos de carona na bicicleta de uma amiga, sem o número suficiente de atletas para o treino vôlei participou do treino de atletismo para não voltar a pé casa, condição posta pela amiga. No primeiro treino Aída se destacou, mesmo sem técnica para o salto alcançou marcas que ultrapassavam a das meninas que já treinavam. Com isso vieram os primeiros convites para competições e a sua entrada nos clubes esportivos para treinar.

O dinheiro que o clube dava para comprar passagens para o treino, “como eram muito pobres” o pai pegava o dinheiro para comprar pão, isso fazia com que Aída faltasse aos treinos e muitas vezes passasse mal, chegando a desmaiar de fome. Mesmo nessas condições Aída garantiu sua participação nos Jogos Olímpicos de 1960 em Tóquio, no Japão. Sem

⁴ Nos Jogos Olímpicos de 1960 Aída dos Santos foi a única mulher a representar o Brasil, teve que confirmar seu índice cinco vezes e, providenciar roupa para o desfile de abertura.

dominar a língua, sozinha na vila olímpica e sem material esportivo Aída participou das competições a duras penas. Contou com mímica e ajuda dos atletas de outros países, que conhecia de outras competições, e conquistou o quarto lugar na competição.

De volta ao Brasil recusou o carro do corpo de bombeiros e os repórteres, “quando eu precisei de vocês não me deram nada, agora eu não quero, quero ir para minha casa”. E assim os treinos continuaram para os Jogos Olímpicos de 1968 na cidade do México, para disputar o pentatlo. Cinco dias antes de sua competição, sob comando do técnico, foi demonstrar o salto em barreiras sem se aquecer já que, segundo o técnico, “mulher não tem distensão não”. Caiu durante a demonstração e lesionou o joelho. Mesmo lesionada e contrariando a equipe médica participou das competições.

Após ficar de fora dos Jogos Olímpicos de 1972 como punição por uma entrevista que concedeu; Aída já estava casada e decidiu deixar o esporte.

Lucia de Faria Alegria Simões começou a montar cavalos para os passeios na casa da família em Petrópolis, percebeu sua afinidade com o animal, experimentou saltar ainda na propriedade da família.

Começou a “carreira no esporte” montando na hípica, foi a primeira mulher a participar das provas de hipismo em Jogos Olímpicos pelo Brasil. A trajetória de Lucia é toda dedicada ao hipismo durante a juventude se dedicou às competições e concursos hípicos; após deixar de competir percebeu que poderia fazer do esporte uma profissão foi então que se dedicou ao ensino em uma escola de equitação. Quando parou de montar devido a um acidente Lucia passou a desenhar percursos para competições.

Sua carreira junior se desenvolveu no Brasil e quando atingiu a idade de sênior Lucia se mudou para Europa, o presidente da confederação brasileira “tinha a visão de manter uma equipe lá na Europa”.

Com um bom animal Lucia alcançou bons resultados em três concursos, mesmo “sem intenção de ir para as olimpíadas nem nada” se dispôs a emprestar seu cavalo à outro cavaleiro. Nelson Pessoa, chefe da equipe, “disse não, como o cavalo é seu e você está bem com ele [...] vai você, e aí eu fui”.

Assim Lucia compôs o quadro das quatro mulheres que abriram o desfile do Brasil nos Jogos Olímpicos de 1968. “eu me lembro que naquele desfile da abertura dos Jogos eram nós quatro ali na frente, depois o resto dos homens”.

Papéis normativos de gênero e formação da identidade das atletas

A trajetória das duas atletas: Aída dos Santos e Lucia Simões; se desenvolveu em ambientes e classes sociais distintas. Do mesmo modo, as modalidades esportivas que praticaram exprimem em si uma distinção social marcada pelos equipamentos ambientes necessários a sua prática.

Destacamos na análise que mesmo em ambientes e grupos sociais distintos as duas atletas ainda vinculavam a definição de sua identidade a partir dos papéis normativos de gênero estabelecidos até então, como a figura da mãe e da mulher dona de casa.

Na análise das entrevistas tanto Aída dos Santos como Lucia Simões demonstraram uma preocupação em demarcar o casamento em suas trajetórias.

ah, eu casei com trinta e três anos, casei em 71. O único namorado meu foi meu esposo. Eu não tinha tempo pra namorar. Por que trabalhava a semana toda e estudava, sábado e domingo era competição... ele tinha que vir comigo para a competição (Trecho da entrevista de Aída dos Santos).

.....
Eu demorei porque como eu fiquei nesse negócio de fazer as competições, eu fui me casar com 30 anos, que na minha época as minhas amigas com 24 anos já estavam todo mundo já ficando noiva, na faculdade, no final da faculdade, o papo, o assunto era só este [...]. Mas então eu atrasei esta minha vida família, eu casei com 30 anos porque eu com 24-25 eu estava ainda fora (Trecho da entrevista de Lucia Simões).

É importante ressaltar que o casamento esta presente em ambas as narrativas mas podemos perceber diferentes pesos quando levamos em conta os grupos sociais que as atletas frequentavam. Na entrevista de Aída o namoro e o casamento se apresentaram como papéis sociais normativos, comum a mulher de seu tempo. Quando analisamos a entrevista de Lucia Simões o peso do casamento soma-se a normatividade do grupo social que ela frequentava.

E mesmo eu, mulher, fazendo esse esporte, montar cavalo, eu digo na minha, entre minhas amigas e no colégio e tudo isto, eu me sentia assim, nem comentava muito sobre as coisas que eu estava fazendo nem nada porque ninguém entendia nada e nem curtia muito (Trecho da entrevista de Lucia Simões).

Outra preocupação recorrente em ambas as entrevistas foi o tema da maternidade:

Ao perguntar se teve toda sua vida dedicada ao esporte, Aída responde: para o esporte, para o esporte, por que se não fosse pelo esporte eu não teria essa vida pra mim criar meus filhos como eu criei através do esporte (Trecho da entrevista de Aída dos Santos).

.....
Estava nova ainda, tinha trinta e poucos anos, e tinha muitos amigos, alunos e então fui adiando um pouquinho esta onda de parar pra ter filho e tudo. Mas tem uma hora que a gente, tem hora pra tudo, então pra mim a minha hora chegou aí (Trecho da entrevista de Lucia Simões).

A maternidade para Aída dos Santos acontece num momento que sua carreira como atleta de rendimento já tinha se encerrado, assim sua preocupação era quanto as dificuldades de uma mulher, negra e trabalhadora para educar seus filhos. E foi para a prática esportiva que os encaminhou, “praticaram porque, pra sair da rua. Eu trabalhando fora, pra saber que está bem, vai fazer um esporte” (Trecho da entrevista de Aída dos Santos).

A maternidade na carreira de Lucia Simões significava a interrupção de suas atividades na equitação, visto que essa pratica era desaconselhada durante a gestação. Assim, “mesmo nova” chegou o momento que a atleta “fez a escolha” de ser mãe. Em seu discurso “tem uma hora pra tudo”, a condição de mãe aparece como regra comum a todas mulheres da época.

Essas atletas, mesmo exprimindo o peso de suas identidades em papéis normativos de gênero marcaram um momento importante no esporte brasileiro. Em suas narrativas elas demonstram o esporte como um lugar que as mulheres já conquistaram parte de um espaço importante que se consolidava com algumas conquistas. Para garantir esse espaço e a sua permanência era necessário posicionamentos e conflitos que muitas vezes desagravam os dirigentes da modalidade.

Desse modo, entendemos que os processos de formação da identidade se dão por conflitos políticos e sociais, não são entendidas como entidades eternas. “faz mais sentido perguntar como os processos de diferenciação social operam e desenvolver análises de igualdade e discriminação que tratem as identidades não como entidades eternas, mas como efeitos de processos políticos e sociais” (SCOTT, 2005:29).

Assim, mesmo quando contrariadas as mulheres encontraram maneiras de exprimir seus próprios interesses e de defendê-los, - configurando uma relação de tensão entre os novos

papéis e espaços conquistados pelas mulheres e a ordem “natural” dos grupos e da ordenação social.

Uma análise que desse conta da discriminação era apanhada pela lógica circular na qual a ‘experiência’ explica as diferenças de gênero e as diferenças de gênero explicam as assimetrias da experiência masculina e feminina. É típico das visões sobre o que constitui a experiência masculina e feminina o apelo ou a incorporação de definições normativas existentes (SCOTT, 1994:16).

Essa lógica da discriminação de gênero e a normatividade de papéis sociais servem para barrar ou minimizar as experiências femininas no campo esportivo. Contribuindo para reproduzir o discurso do esporte como uma atividade masculina e masculinizadora afastando as mulheres de sua prática.

Considerações Finais

A interpretação das narrativas demonstrou que, as atletas expressam o momento histórico em que vivem marcando a presença e ampliação da participação feminina no âmbito esportivo. A presença da mulher atleta tumultuava o meio esportivo e social na década de 1960, gerando indiferenças e preconceitos em seu cotidiano que marcaram de forma significativa sua trajetória como atleta, levando-a a uma atitude de enfrentamento ou de invisibilidade na tomada de decisões frente a esses problemas.

Por fim, destacamos que as narrativas dessas atletas marcam a desconstrução do padrão feminino ao atribuírem novos adjetivos para a mulher contemporânea, por outro lado, os papéis normativos de gênero estão presente no discurso das atletas que, mesmo em ambientes sociais distintos, associam sua identidade a concepções normatizadas e hegemônicas da feminilidade.

Referências

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, P. “A Ilusão Biográfica”. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (org.) **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.183-191.

DEVIDE, F. P.; VOTRE, S. J. “Primórdios da Natação Competitiva Feminina: Do ‘páreo elegância’ aos Jogos Olímpicos de Los Angeles”. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Florianópolis, v.34, n.1, p.217-233, 2012.

FARIA, C. M. “O atletismo feminino brasileiro sob a ditadura civil-militar: novos obstáculos e caminhos”. **La Manzana de La Discordia**. V.7, n.1, p.23-39, 2012.

_____. “Superando Barreiras e Preconceitos: Trajetórias, narrativas e memórias de atletas negras”. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v.19, n.3, p.911-929, 2011.

FRANCO, S. M. S. **Peregrinas de Outrora: Viajantes latino-americanas no século XIX**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

RÉMOND, R. Uma História Presente. In: _____ **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RUBIO, K. **Heróis Olímpicos Brasileiros**. São Paulo: Editora Zouk, 2004.

_____. **Medalhistas Olímpicos Brasileiros: memórias, histórias e imaginário**. São Paulo: Casa do Psicólogo: FAPESP, 2006.

SCOTT, J. W. “O Enigma da Igualdade”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.1, p.11-30, 2005.

_____. “Prefácio a Gender and Politics of History”. **Cadernos Pagu**. Campinas: Unicamp, v.3, p.11-27, 1994.

TILLY, L. A. “Gênero, História das Mulheres e História Social”. **Cadernos Pagu**. Campinas: Unicamp, v.3, p.29-62, 1994.